

Mandato: votação pode ser na semana que vem

O mandato do presidente Sarney, a ser fixado no capítulo das Disposições Transitórias, deverá ser decidido provavelmente até o final da próxima semana. A previsão é do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e foi feita ontem aos líderes do governo e do PFL na Câmara, Carlos Sant'Anna e José Lourenço. Para acelerar os trabalhos, Ulysses disse que irá convocar sessões pela manhã, período utilizado na busca de acordos, e nos finais de semana, acrescentando: "A partir de agora passo a contar o tempo em semanas para a promulgação da Constituição".

Sant'Anna e Lourenço acreditam que, mesmo não havendo sessão na segunda-feira (geralmente por falta de quórum), a terça e a quarta-feira serão suficientes para completar a votação do Título VIII, que depende ainda dos capítulos da Ciência e Tecnologia; do Meio Ambiente; da Comunicação; da Família; da criança; do adolescente; do idoso; e dos índios, antes de ser iniciada a votação das Disposições Transitórias. O mandato do presidente deverá ser a terceira votação das Disposições Transitórias, após a votação da emenda coletiva do Centrão e da votação do artigo 11, que prevê o juramento do presidente da República e do presidente do Supremo Tribunal Federal de manter, defender e cumprir a futura Constituição.

José Lourenço, já considerando certa a vitória dos cinco anos de mandato para Sarney e dizendo que o Centrão conta com mais de 320 votos, comentava que "os próprios quatroanistas começam a reconhecer isso, como o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas".

O festival de denúncias que geralmente acontece às vésperas de votações, onde estão em jogo muitos interesses, como esse do mandato presidencial, já teve início. O deputado brasiliense Domingos Leonelli, por exemplo, em discurso na Câmara dos Deputados de Brasília, denunciou que a Caratba Metais, estatal, "loteia diretores em troca de votos na Constituinte para os cinco anos, enquanto o BNDES demite diretor para atender deputado do PFL baiano".

Já os cincoanistas convictos, como o governador do Território de Fernando de Noronha, Fernando Cesar Mesquita, e o senador Gérson Camata (PMDB-ES), continuam afirmando que a vitória será por mais de 320 votos. Essa convicção tem-se espalhado tanto que até quem há pouco tempo dava mostras de descontentamento com o governo Sarney está mudando de opinião, caso do ministro-chefe do EMFA, brigadeiro Paulo Camarinha. Ele dizia há alguns dias que "se a Constituinte aprovar quatro anos para Sarney não há o que discutir". Ontem já estava considerando que "a situação econômica está melhorando e que a balança comercial registra pontos positivos".

E como que confirmando a pouca possibilidade de haver eleições presidenciais este ano, no Rio, ontem, uma passeata no centro da cidade organizada pelo Comitê Pró-Diretas, segundo os comentários, tinha menos de 2.500 manifestantes presentes no local.

Para um dos ministros de maior confiança do presidente, já seguro de que sua gestão tem data certa para o encerramento, 15 de março de 1990, a preocupação agora é com a nova "cara" do governo depois da promulgação da